



Termo de Referência Nº 112/2026 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/AGIN

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 112/2026

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, LOCAÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO PODER JUDICIÁRIO PIAUIENSE

PROC. SEI Nº 26.0.000055481-1

1. FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Legislação Federal/Nacional: **Lei nº 14.133/2021**; **Lei Complementar nº 123/2006** e subsidiariamente, **Lei nº 8.078/1990**, **Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013**, conhecida como **Lei Anticorrupção brasileira** que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira e dá outras providências, **Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022** que regulamenta a Lei nº 12.846, **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **este último Decreto no que couber**, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame;

1.2. Legislação Estadual: Decreto Estadual 21.872/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021, no âmbito do poder Executivo Estadual.

1.3. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.4. Resolução nº 532/2026, que Institui a Política de Governança das Contratações Públicas, o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores e a Política de Gestão de Riscos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

1.5. Instrução Normativa nº 58/2022 do Ministério da Economia e em conformidade com o [Manual de Compras e Contratações do TJ-PI](#).

1.6. Provimento 13/2025 (SEI nº 6640734) que regula os procedimentos de obras, serviços, compras e alienações no âmbito do Tribunal de Justiça do Piauí.

1.7. Resolução Nº 418/2024, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Riscos - SGR do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

1.8. A licitante deverá se credenciar no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sistema "Pregão Eletrônico", para participar da Licitação.

2. OBJETO:

2.1. Formação de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na **locação de mobiliário, equipamentos e estruturas para eventos**, compreendendo serviços de montagem, desmontagem, instalação, desinstalação, transporte e fornecimento de itens correlatos (tais como palco, iluminação, sonorização, tendas, painéis de LED, equipes de apoio e demais estruturas complementares), destinados à Escola Judiciária do Piauí e às Unidades Administrativas e Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, localizadas na capital e no interior do Estado, conforme especificações, condições e quantidades estimadas estabelecidas neste Termo de Referência:, nos termos da tabela abaixo:

2.1.1. **ORGÃO GERENCIADOR:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, CNPJ.: 06.981.344/0001-05

2.1.2. **ÓRGÃO PARTICIPANTE:** ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ - CNPJ.: 21.732.903/0001-37

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TJPI	QUANTIDADE EJUD	QUANTIDADE A REGISTRAR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 01 - ILUMINAÇÃO E PAINÉIS								
1	12556	<b>ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE:</b>  <b>Composição:</b> - 12 (doze) refletores de alumínio com lâmpadas para (foco 01 e 05) de 1000w; - 24 (vinte e quatro) refletores par led 3w; - 08 (oito) moving sheads beam 200 5R; - 02 (duas) máquinas de fumaça 1500w profissional; - 02 (dois) mini brutes de 04 lâmpadas; - 01(uma) mesa de iluminação compatível com essa quantidade de equipamentos; e - 01 (um) operador técnico profissional.	DIÁRIA	47	15	62	R\$ 4.753,88	R\$ 294.740,56

2	12556	<b>ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE</b> <b>Composição:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 24 (vinte e quatro) refletores de alumínio com lâmpadas para (foco 01 e 05) de 1000w;</li> <li>- 48 (quarenta e oito) refletores par led 3w;</li> <li>- 12 (doze) movingsheadsbeam 200 5R;</li> <li>- 02 (dois) canhões seguidores;</li> <li>- 02 (duas) máquinas de fumaça 3000w profissional;</li> <li>- 04 (quatro) mini brutes de 06 lâmpadas;</li> <li>- 01 (uma) mesa de iluminação compatível com essa quantidade de equipamentos; e</li> <li>- 01 (um) operador técnico profissional.</li> </ul>	DIÁRIA	36	15	51	R\$ 10.740,00	R\$ 547.740,00
3	12556	<b>PAINEL DE LED OUTDOOR P3</b> <b>Descrição complementar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dimensões: 8m x 3m</li> <li>- Quantidade de LEDs: 54;</li> <li>- Produto controlado por DMX. 7 Canais. Display Digital;</li> <li>- Voltagem: 220v;</li> <li>- Com efeitos pré programados;</li> <li>- Modo de refrigeração: Cooler;</li> <li>- Tipo de alça: Dupla;</li> <li>- Compatível com tomadas 3 Pinos.</li> </ul> EM ESTRUTURA DE GRID Q30	UNIDADE	30	15	45	R\$ 8.335,00	R\$ 375.075,00
4	12556	<b>PAINEL DE LED OUTDOOR P3</b> <b>Descrição complementar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dimensões: 5m x 4m</li> <li>- Módulos com tamanho de 320 x 160mm cada;</li> <li>- Resolução de imagem de 110.889 pixels por m²;</li> <li>- Brilho emitido: 6000 nits. EM</li> </ul> ESTRUTURA DE GRID Q30	UNIDADE	30	15	45	R\$ 9.990,00	R\$ 449.550,00
5	12556	<b>PAINEL DE LED OUTDOOR/INDOOR P3</b> <b>Descrição complementar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dimensões: 2m (largura) x 2m (altura)</li> <li>- Pannel de LED de alta resolução;</li> <li>- Módulos de LED com proteção IP65 (frontal);</li> <li>- Estrutura metálica de sustentação;</li> <li>- Sistema de controle e reprodução de mídia;</li> <li>- Fonte de alimentação e cabeamento.</li> </ul>	UNIDADE	30	15	45	R\$ 1.633,62	R\$ 73.512,90
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 01</b>								R\$ 1.740.618,46
<b>GRUPO 02 - SONORIZAÇÃO</b>								
6	12556	<b>SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE</b> <b>Composição:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 04 (quatro) caixas acústicas;</li> <li>- Amplificação compatível; - 01 (uma) mesa digital de 16 canais;</li> <li>- 01 (um) processador de sistemas digitais;</li> <li>- 02 (dois) retornos para voz; - 04 (quatro) microfones sendo 02 sem fio; e</li> <li>- 01 (um) operador técnico profissional.</li> </ul>	DIÁRIA	70	10	80	R\$ 2.368,15	R\$ 189.452,00

7	12556	<b>SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE</b> <b>Composição:</b> - 16 (dezesesseis) caixas acústicas sendo 08 caixas de subgraves e 08 caixas de medias altas; - Amplificação compatível; - 02 (duas) mesas digitais de 32 canais com 08 auxiliares; - 02 (dois) processador de sistemas digitais com 02 canais de entrada e 06 de saída; - 01 (um) sidefill duplo e estéreo; - 04 (quatro) retornos para voz; - 01 (um) retorno para baixo; - 01 (um) retorno para guitarra; - 01 (um) retorno para bateria; - 01 (um) retorno para teclado; - 01 (um) kit de microfones para bateria; - 01 (um) bateria completa com bumbo 20 ou 22; - 24 (vinte e quatro) microfones para voz e equipamentos; - 24 (vinte e quatro) pedestais girafas; - 02 (dois) microfones sem fio para locução; - 08 (oito)directs box; - 02 (dois) pontos de comunicação entre as mesas; - Acessórios adicionais para todo o sistema; e - 02 (dois) operadores técnicos profissionais.	DIÁRIA	110	20	130	R\$ 7.000,00	R\$ 910.000,00
8	12556	<b>MICROFONE SEM FIO HEADSET AURICULAR</b> <b>Descrição complementar:</b> - Led indicador de recepção do canal; - Led indicador de sinal de áudio; - Display canais a e b; - 02 (duas) antenas; - Controle de volume; - Saída mixada p10; - Área de alcance: mínimo de 15m faixas de frequência: 630 a 660 mhz resposta de frequência perfeitamente adaptada para captação de vocais.	UNIDADE	40	15	55	R\$ 1.275,00	R\$ 70.125,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 02</b>								R\$ 1.169.577,00
<b>GRUPO 03 - PALCO, STAND E TENDA</b>								

9	24376	<b>PALCO DE PEQUENO PORTE</b> <b>Composição:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em treliças de alumínio P30 com cobertura em lona anti chama, medindo:</li> <li>- 06 (seis) metros de frente;</li> <li>- 06 (seis) metros de fundo;</li> <li>- 05 (cinco) metros de altura (pisos + teto);</li> <li>- 01 (um) metro de altura (chão + piso).</li> <li>- Com escada e rampa de acesso com corrimão e fechado no fundo e laterais;</li> <li>- O piso deverá ser em carpete na cor solicitada pela contratante. Sem instalação elétrica;</li> <li>- Lista de cores possíveis de solicitação pelo Contratante: grafite, cinza médio, preto ou azul marinho.</li> </ul>	DIÁRIA	10	10	20	R\$ 8.500,00	R\$ 170.000,00
10	24376	<b>PALCO DE MÉDIO PORTE</b> <b>Composição:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em treliças de alumínio P30 com cobertura em lona anti chama, medindo:</li> <li>- 10 (dez) metros de frente;</li> <li>- 08 (oito) metros de fundo; - 06 (seis) metros de altura (pisos + teto);</li> <li>- 1,50 (um virgula cinquenta) metros de altura (chão + piso).</li> <li>- Com escada e rampa de acesso com corrimão e fechado no fundo e laterais;</li> <li>- O piso deverá ser em carpete na cor solicitada pela contratante. Sem instalação elétrica;</li> <li>- Lista de cores possíveis de solicitação pelo Contratante: grafite, cinza médio, preto ou azul marinho.</li> </ul>	DIÁRIA	15	10	25	R\$ 17.720,00	R\$ 443.000,00
11	24376	<b>PALCO DE GRANDE PORTE</b> <b>Composição:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em treliças de alumínio P30 e P50 com cobertura em lona anti chama, medindo:</li> <li>- 12 (doze) metros de frente;</li> <li>- 8 (oito) metros de fundo;</li> <li>- 07 (sete) metros de altura (pisos + teto);</li> <li>- 1,70 (um virgula setenta) metros de altura (chão + piso).</li> <li>- Com escada e rampa de acesso e fechado no fundo e laterais;</li> <li>- O piso deverá ser em carpete na cor solicitada pela contratante.</li> <li>Sem instalação elétrica;</li> <li>- Lista de cores possíveis de solicitação pelo Contratante: grafite, cinza médio, preto ou azul marinho.</li> </ul>	DIÁRIA	10	10	20	R\$ 21.240,00	R\$ 424.800,00
12	24376	<b>PALCO (TABLADO)</b> <b>Descrição complementar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dimensões: 4,40m x 3,20m X 0,50m</li> <li>- Com piso feito em compensado de madeira naval, com carpete de 1º uso, revestido com cantoneiras de ferro;</li> <li>- Com escada e rampa de acesso.</li> </ul>	UNIDADE	20	20	40	R\$ 1.408,00	R\$ 56.320,00

13	24376	<b>PALCO (TABLADO)</b>  <b>Descrição complementar:</b> - Dimensões: 8m x 8m x 0,50m - Com piso feito em compensado de madeira naval, com carpete de 1º uso, revestido com cantoneiras de ferro; - Com escada e rampa de acesso, com corrimão.	UNIDADE	30	30	60	R\$ 6.400,00	R\$ 384.000,00
14	13099	<b>STAND ESPECIAL</b>  <b>Descrição complementar:</b> - Dimensões: 4m x 3m x 2,20m - Com material em perfis de alumínio octanorm; - Com ar-condicionado; - Paredes em TS ou vidro; - Instalação elétrica completa incluindo iluminação artificial interna; - 3 (três) tomadas; - Testeiras para logomarcas; - Piso em estrutura metálica com carpete de 1º uso; - Paisagismo com plantas ornamentais naturais.	UNIDADE	40	20	60	R\$ 9.670,00	R\$ 580.200,00
15	13099	<b>STAND ESPECIAL CLIMATIZADO</b>  <b>Descrição complementar:</b> - Dimensões: 8m x 3m x 2,20m - O espaço deve possuir área de 24m² (8 x 3m), sendo composto de, no mínimo: - Paredes: divisórias em painéis TS (Painel Laminado Melamínico); - Estrutura sistema modular tipo octanorm, cor clara, com estrutura em alumínio; - Iluminação: 01 Ponto de luz a cada 3 m²; - Tomada: 02 pontos de energia a cada bancada; - Piso: Forração na cor grafite fixada no piso com fita dupla face; - Identificação: 01 Placa indicativa de 0,98 x 0,46m em letras ARIAL a cada metro.	UNIDADE	40	20	60	R\$ 10.920,00	R\$ 655.200,00
16	21164	<b>TENDA EM LONA BRANCA</b>  <b>Descrição complementar:</b> - Estilo Piramidal, com base em estrutura grid metálica, medindo 10m x 10m cada, composta de: - Calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água; - Altura de 3,0 metros em seus pés de sustentação.	UNIDADE	50	25	75	R\$ 3.750,00	R\$ 281.250,00

17	21164	<b>TENDA EM LONA BRANCA EM GRID Q-30</b> <b>Descrição complementar:</b> - Estilo Piramidal, com base em estrutura de alumínio treliça Q30, medindo 10m x 10m cada, composta de: - Calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água; - Altura de 3,0 metros em seus pés de sustentação sem tablado. - Revestimento em malha nos pés;	UNIDADE	50	25	75	R\$ 3.200,00	R\$ 240.000,00
18	20460	<b>PRATICÁVEL DE 2M X 1M</b> <b>Descrição complementar:</b> - Em alumínio estrutural com tampo, compensado naval, material antiderrapante e capacidade de carga de 300kg/m2; - Pés telescópicos com regulagem de altura em milímetros para corrigir eventuais desníveis no piso, com altura máxima de 1,60m (PLACA).	Unidade	500	50	550	R\$ 200,00	R\$ 110.000,00
19	2224	<b>TRELIÇAS DE ALUMÍNIO Q15</b>	METRO	1000	500	1500	R\$ 26,77	R\$ 40.155,00
20	2224	<b>TRELIÇAS DE ALUMÍNIO D25</b>	METRO	1000	500	1500	R\$ 35,00	R\$ 52.500,00
21	2224	<b>TRELIÇAS DE ALUMÍNIO Q30</b>	METRO	2000	500	2500	R\$ 40,00	R\$ 100.000,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 03</b>								R\$ 3.537.425,00
<b>GRUPO 04 - MESAS, CADEIRAS E TOALHAS</b>								
22	20460	<b>MESA COM TAMPO DE FERRO REDONDA - 10 LUGARES</b>	UNIDADE	250	20	270	R\$ 36,08	R\$ 9.741,60
23	20460	<b>MESA MADEIRA ESTILO LUIS XV</b> <b>Descrição complementar:</b> - Medida Aproximada de 3,0m.	UNIDADE	50	20	70	R\$ 1.080,00	R\$ 75.600,00
24	20460	<b>MESA PARA BUFFET EM MADEIRA ESTILO LUIS XV</b> (Medida: 3m)	UNIDADE	50	20	70	R\$ 1.002,53	R\$ 70.177,10
25	20460	<b>BALCÃO PARA RECEPÇÃO EM SISTEMA PADRONIZADO "OCTANORM"</b> <b>Descrição complementar:</b> - Com ou sem prateleiras internas;- Sem porta; - Dimensões Aproximadas: 1,80m x 0,90m.	UNIDADE	30	20	50	R\$ 1.170,00	R\$ 58.500,00
26	20460	<b>MESA TIPO BISTRÔ, TAMPO REDONDO</b> <b>Descrição complementar:</b> - Diâmetro Aproximado: 50cm em Vidro; Madeira; - Altura: 1,05m.	UNIDADE	200	20	220	R\$ 187,03	R\$ 41.146,60
27	17124	<b>MESA MONTADA COM MATERIAL TIPO PRANCHÃO 3 METROS</b> <b>Descrição complementar:</b> - Em formato padronizado octanorm.	UNIDADE	90	10	100	R\$ 496,59	R\$ 49.659,00

28	17124	<b>TOALHA DE TECIDO - 10 LUGARES</b> <b>Descrição complementar:</b> - Tecido: Gorgurão ou Jacquard; - Formato: Redondo; - Lista de cores possíveis de solicitação pelo Contratante: branco, preto, azul claro, azul turquesa, azul marinho, azul royal, azul tiffany, azul petróleo, verde esmeralda, verde oliva, verde militar, verde menta, verde bandeira, verde sávia, verde musgo, bege, laranja, roxo, vermelho, rosa, dourado, marrom, salmão, pérola.	UNIDADE	500	25	525	R\$ 27,75	R\$ 14.568,75
29	17124	<b>TOALHA DE TECIDO - MESA BUFFET (Medida: 5,2m)</b> <b>Descrição complementar:</b> - Tecido: Gorgurão ou Jacquard; - Lista de cores possíveis de solicitação pelo Contratante: branco, preto, azul claro, azul turquesa, azul marinho, azul royal, azul tiffany, azul petróleo, verde esmeralda, verde oliva, verde militar, verde menta, verde bandeira, verde sávia, verde musgo, bege, laranja, roxo, vermelho, rosa, dourado, marrom, salmão, pérola.	UNIDADE	250	25	275	R\$ 36,19	R\$ 9.952,25
30	20460	<b>CADEIRA PLÁSTICA BRANCA, SEM BRAÇO</b> <b>Descrição complementar:</b> - Peso Suportado: 150kg; - Inclui Capa de Tecido Oxford; - Lista de cores da capa possíveis de solicitação pelo Contratante: Branca, Vermelha ou Preta.	UNIDADE	1000	500	1500	R\$ 10,93	R\$ 16.395,00
31	20460	<b>CADEIRA DE MADEIRA, TIPO MEDALHÃO</b> <b>Descrição complementar:</b> - Deve possuir acolchoamento para uso em meda de honra.	UNIDADE	180	100	280	R\$ 144,00	R\$ 40.320,00
32	20460	<b>CADEIRA TIFFANY CRISTAL (EM ACRILICO)</b> <b>Descrição complementar:</b> - Dimensão: 41cm x 38cm.	UNIDADE	300	100	400	R\$ 35,00	R\$ 14.000,00
33	20460	<b>CADEIRA RÚSTICA DE MADEIRA (ALCOCHOADA)</b> <b>Descrição complementar:</b> - Deve possuir acolchoamento. 55cm x 55cm.	UNIDADE	150	100	250	R\$ 38,36	R\$ 9.590,00
34	20460	<b>BANQUETA ALTA EM METAL</b> <b>Descrição complementar:</b> - Uso: Para mesa bistrô; - Deve possuir assento estofado; - Altura: 74cm	UNIDADE	450	50	500	R\$ 93,99	R\$ 46.995,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 04</b>								R\$ 456.645,30
<b>GRUPO 05 - PASSADEIRAS, TAPETES E ITENS DE DECORAÇÃO PARA EVENTOS</b>								
35	20460	<b>PASSADEIRA NA COR VERMELHA OU AZUL</b> <b>Descrição complementar:</b> - Largura Mínima: 66cm.	METRO	2000	50	2050	R\$ 40,00	R\$ 82.000,00

36	17124	<b>TAPETE PARA AMBIENTAÇÃO TIPO PERSA</b> <b>Descrição complementar:</b> - Dimensão: 4m x 4m.	UNIDADE	40	15	55	R\$ 770,70	R\$ 42.388,50
37	17124	<b>TAPETE PARA AMBIENTAÇÃO TIPO PERSA</b> <b>Descrição complementar:</b> - Dimensão: 4,5m x 5m.	UNIDADE	50	15	65	R\$ 1.080,00	R\$ 70.200,00
38	17124	<b>TAPETE TIPO SISAL</b> <b>Descrição complementar:</b> - Dimensão: 4,5m x 4m.	UNIDADE	30	15	45	R\$ 1.080,00	R\$ 48.600,00
39	17124	<b>TAPETE TIPO SISAL</b> <b>Descrição complementar:</b> - Dimensão: 4,5m x 5m.	UNIDADE	54	15	69	R\$ 1.080,00	R\$ 74.520,00
40	20460	<b>LUSTRES EM CRISTAL</b> <b>Descrição complementar:</b> - Dimensão: 60cm x 80cm.	UNIDADE	15	10	25	R\$ 1.800,00	R\$ 45.000,00
41	20460	<b>LUSTRES EM BRONZE</b> <b>Descrição complementar:</b> - Dimensão: 60cm x 80cm.	UNIDADE	15	10	25	R\$ 1.800,00	R\$ 45.000,00
42	20460	<b>LUSTRES EM PALHA</b> <b>Descrição complementar:</b> - Dimensão: 60cm x 80cm.	UNIDADE	15	15	30	R\$ 288,00	R\$ 8.640,00
43	20460	<b>CHAMPANHEIRAS TÉRMICA DE PÉ EM ACRÍLICO</b> <b>Descrição complementar:</b> - Dimensão: Tamanho único, padrão do mercado.	UNIDADE	100	20	120	R\$ 265,36	R\$ 31.843,20
44	20460	<b>CHAMPANHEIRAS TÉRMICA DE PÉ EM INOX</b> <b>Descrição complementar:</b> - Dimensão: Tamanho único, padrão do mercado.	UNIDADE	100	20	120	R\$ 250,00	R\$ 30.000,00
45	20460	<b>PUFFS DECORATIVOS - MODELO REDONDO</b> <b>Descrição complementar:</b> - Material em Couro; - Diâmetro: 40cm; - Altura: 46cm; - Lista de cores possíveis de solicitação pelo Contratante: branco, preto, bege, marrom, verde, vermelho, azul, laranja, roxo.	UNIDADE	120	30	150	R\$ 145,00	R\$ 21.750,00
46	20460	<b>PUFFS DECORATIVOS - MODELO REDONDO</b> <b>Descrição complementar:</b> - Material em Tecido de Malha; - Diâmetro: 40cm; - Altura: 46cm; - Lista de cores possíveis de solicitação pelo Contratante: branco, preto, bege, marrom, verde, vermelho, azul, laranja, roxo.	UNIDADE	120	30	150	R\$ 145,00	R\$ 21.750,00



47	20460	<b>PUFFS DECORATIVOS - MODELO QUADRADO</b> <b>Descrição complementar:</b> - Material em Couro; - Diâmetro: 45cm; - Altura: 46cm; - Lista de cores possíveis de solicitação pelo Contratante: branco, preto, bege, marrom, verde, vermelho, azul, laranja, roxo.	UNIDADE	120	30	150	R\$ 145,00	R\$ 21.750,00
48	20460	<b>PUFFS DECORATIVOS - MODELO QUADRADO</b> <b>Descrição complementar:</b> - Material em Tecido de Malha; - Diâmetro: 40cm; - Altura: 46cm; - Lista de cores possíveis de solicitação pelo Contratante: branco, preto, bege, marrom, verde, vermelho, azul, laranja, roxo.	UNIDADE	120	30	150	R\$ 145,00	R\$ 21.750,00
49	20460	<b>VASOS DECORATIVOS (P 40cm em Vidro)</b>	UNIDADE	30	15	45	R\$ 101,14	R\$ 4.551,30
50	20460	<b>VASOS DECORATIVOS (P 40cm em Louça)</b>	UNIDADE	150	15	165	R\$ 144,00	R\$ 23.760,00
51	20460	<b>VASOS DECORATIVOS (P 40cm em Cerâmica Artesanal)</b>	UNIDADE	20	15	35	R\$ 144,00	R\$ 5.040,00
52	20460	<b>VASOS DECORATIVOS (M 60cm em Vidro)</b>	UNIDADE	54	15	69	R\$ 135,00	R\$ 9.315,00
53	20460	<b>VASOS DECORATIVOS (M 60cm em Louça)</b>	UNIDADE	50	15	65	R\$ 50,00	R\$ 3.250,00
54	20460	<b>VASOS DECORATIVOS (M 60cm em Prata)</b>	UNIDADE	20	15	35	R\$ 504,00	R\$ 17.640,00
55	20460	<b>VASOS DECORATIVOS (M 60cm em Cerâmica Artesanal)</b>	UNIDADE	20	15	35	R\$ 504,00	R\$ 17.640,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 05</b>								<b>R\$ 646.388,00</b>
<b>GRUPO 06 - PLANTAS NATURAIS, CACHEPOT</b>								
56	22047	<b>PLANTAS NATURAIS PALMEIRAS</b> <b>Descrição complementar:</b> - Tamanho Mínimo: 1,70m.	UNIDADE	250	15	265	R\$ 210,00	R\$ 55.650,00
57	22047	<b>PLANTAS NATURAIS BAMBUI</b> <b>Descrição complementar:</b> - Tamanho Mínimo: 1,70m.	UNIDADE	250	15	265	R\$ 195,00	R\$ 51.675,00
58	22047	<b>PLANTAS NATURAIS RAPHIA</b> <b>Descrição complementar:</b> - Tamanho Mínimo: 1,50m.	UNIDADE	250	15	265	R\$ 205,00	R\$ 54.325,00
59	22047	<b>PLANTAS NATURAIS SAMAMBAIA</b>	UNIDADE	250	15	265	R\$ 207,49	R\$ 54.984,85
60	20460	<b>CACHEPOT DE PLANTA EM MADEIRA (60cm x 60cm)</b>	UNIDADE	250	15	265	R\$ 320,58	R\$ 84.953,70
61	20460	<b>CACHEPOT DE PLANTA EM MATERIAL DE FIBRA (60cm x 60cm)</b>	UNIDADE	250	15	265	R\$ 430,00	R\$ 113.950,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 06</b>								<b>R\$ 415.538,55</b>
<b>GRUPO 07 - CLIMATIZADORES</b>								

62	20818	<b>CLIMATIZADOR EVAPORATIVO COM VAZÃO DE 10.000 M3/HORA</b> <b>Descrição complementar:</b> - Área climatizada até 60m2; - Tensão elétrica: 220V; - Ruído: 60dB; - Reservatório de água: 15 litros.	UNIDADE	150	20	170	R\$ 389,26	R\$ 66.174,20
63	20818	<b>CLIMATIZADOR EVAPORATIVO COM VAZÃO DE 25.000 M3/HORA</b> <b>Descrição complementar:</b> - Área climatizada de 200m2 a 250m2; - Tensão elétrica: 220V; - Ruído: 60dB; - Reservatório de água: 24 litros.	UNIDADE	150	20	170	R\$ 430,22	R\$ 73.137,40
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 07</b>								<b>R\$ 139.311,60</b>
<b>ITENS AVULSOS</b>								
64	21679	<b>GERADOR DE ENERGIA 230 KVA COM TÉCNICO</b> <b>Descrição complementar:</b> - Silencioso, - Uso contínuo, com diesel,- Com regulador automático de tensão e frequência, - Pannel eletrônico completo, - Quadro de comando, - Disjuntor geral tripolar, nas tensões 127/220V,220/380V, 230/400V, - Com no mínimo 100 metros de cabo, estacionário e a diesel.	UNIDADE	30	15	45	R\$ 3.089,96	R\$ 139.048,20
65	5819	<b>CORTINA</b> <b>Descrição complementar:</b> - Tecido aveludado (ou equivalente), forrada, com instalação e retirada; - Medida Aproximada: 5m de altura, em cores a serem definidas pelo contratante. - Lista de cores possíveis de solicitação pelo Contratante: branco, preto, cinza, azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, bege, vermelho, rosa, dourado, pérola.	METRO	2550	100	2650	R\$ 91,35	R\$ 242.077,50
66	4413	<b>TOTEM INTERATIVO</b> <b>Descrição complementar:</b> - Com solução audiovisual integrada composta de um dispositivo eletrônico com tela touch screen, capaz de executar sistema interativo de navegação estilo web, dotado de recursos físicos e lógicos para acessibilidade tamanho da tela 65".	Unidade	100	100	200	R\$ 2.828,29	R\$ 565.658,00
67	4413	<b>TOTEM COM SMART TV 50" 4K</b> <b>Descrição complementar:</b> - Com conexão cabo de rede, com entrada HDMI, USB, RCA, pen drive, saída para áudio óptica, assistente virtual integrada.	Unidade	100	100	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00
68	8729	<b>RECEPCIONISTA PARA EVENTOS E CERIMONIAL</b> <b>Descrição complementar:</b> - Entendimento básico de rito de cerimonial, etiqueta e eventos, conhecimento das autoridades, para auxiliar a equipe de cerimonial organizadora do evento - Trajes de acordo com a solicitação da contratante.	Unidade	150	10	160	R\$ 200,00	R\$ 32.000,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO								R\$ 9.214.287,61 (nove milhões, duzentos e quatorze mil duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos)

**2.2.** Opta-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços com fulcro do Sistema de Registro de Preços, nos termo do Decreto Nº 11.462/2023, considerando-se:

**2.2.1.** quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

**2.3.** Havendo divergências entre as especificações dos itens constantes do Termo de Referência e as do sistema de Pregão Eletrônico, prevalecerão as primeiras.

**2.4.** O critério de julgamento, que fundamentará a Contratação, será o de MENOR PREÇO POR GRUPO, com exceção dos itens 65 a 68 que será MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas todas as exigências do Termo de Referência.

## 2.5. DO PREÇOS DE FRETES - COMARCAS DO INTERIOR DO PIAUÍ (Valores Fixos do deslocamento):

**2.5.1.** O custo estimado por quilômetro referente ao frete foi fixado em R\$ 6,64 (seis reais e sessenta e quatro centavos), perfazendo o montante total estimado de R\$ 32.114,49 (trinta e dois mil, cento e quatorze reais e quarenta e nove centavos), conforme demonstrado nos custos unitários constantes da Cálculo Pesquisa de Preços nº 227/2026 (8160540).

## 2.6. DA UNIDADE DE MEDIDA, COMPOSIÇÃO DOS VALORES E FRETE:

**2.6.1.** Para fins de orçamentação e apresentação de propostas, **cada unidade de medida** constante na tabela (tais como conjunto, unidade ou metro) **corresponde à locação do item pelo período de 01 (uma) diária**.

**2.6.1.1.** Ressalta-se que, independentemente do quantitativo total contratado, a empresa deverá realizar a entrega, montagem e acondicionamento dos itens no local do evento até, no máximo, o dia anterior à sua realização.

**2.6.2.** O valor unitário referencial indicado na tabela considera a disponibilização do item pelo período de 01 (uma) diária, incluindo, sempre que aplicável, serviços correlatos de transporte, montagem, desmontagem, instalação e operação técnica.

### 2.6.3. Frete para eventos no interior do Estado:

**2.6.3.1.** Em caso de eventos realizados nas Comarcas do interior, será acrescido ao valor total dos itens utilizados no evento um VALOR ADICIONAL de frete, calculado com base na distância em quilômetros entre:

a) o município da sede da empresa contratada; ou

b) o município sede do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, prevalecendo aquela que apresentar a **menor** distância até o local do evento, conforme estabelecido na **Tabela de Preços de Frete** por km constante do Anexo I deste Termo de Referência;

**2.6.3.2.** O valor do frete previsto na referida tabela não será objeto de disputa durante a licitação, sendo considerado fixo e de aplicação obrigatória.

**2.6.3.3.** Caso, na execução contratual ou no processo de pagamento, seja verificada a subcontratação do serviço de transporte, a contratada não fará jus ao recebimento do valor adicional de frete, devendo este ser glosado do pagamento devido.

**2.6.3.4.** Após decorrido o período de 12 (doze) meses contados da data-base do orçamento estimado da contratação, o valor do frete constante da tabela será reajustado automaticamente pelo índice IPCA/IBGE, aplicável exclusivamente às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, independentemente de solicitação da contratada.

**2.6.3.5.** Quanto ao pagamento do frete, considerando a possibilidade de a futura contratada já possuir Atas de Registro de Preços vigentes junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e/ou à Escola Judiciária do Piauí – EJUD, estabelece-se que a remuneração do transporte ocorrerá por evento efetivamente realizado, e não por instrumento contratual emitido.

**2.6.3.6.** Tal sistemática visa resguardar os princípios da economicidade, razoabilidade e vedação ao enriquecimento sem causa, evitando a ocorrência de cobrança duplicada de deslocamentos para uma mesma localidade e período, hipótese que poderia ocorrer caso houvesse pagamentos autônomos de frete decorrentes de múltiplas contratações simultâneas destinadas ao atendimento de eventos coincidentes ou operacionalmente integrados.

**2.6.3.7.** Dessa forma, a medição do frete observará a efetiva execução logística vinculada a cada evento realizado, permitindo maior aderência entre o custo suportado pela Administração e a prestação efetivamente executada, bem como assegurando maior eficiência na gestão contratual e racionalização da despesa pública.

**2.6.3.8.** Na hipótese de incidirem valores de frete distintos previstos em processos ou instrumentos contratuais diversos para atendimento de um mesmo evento, será devido apenas o pagamento do maior valor apurado, afastando-se a cumulação de cobranças. Tal medida se justifica pelo fato de que a soma dos valores individualizados de frete superaria o montante correspondente ao maior deslocamento contratado, ocasionando pagamento excessivo pela mesma execução logística e afrontando os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

## 2.7. CONDIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AOS ITENS:

**2.7.1. Tolerância de Medidas:** Poderá haver variação de até 5% (cinco por cento) para mais ou para menos nas dimensões especificadas, salvo quando houver expressa vedação no item;

**2.7.2. Definição de Cores e Tecidos:** Cada item possui uma lista de cores ou acabamentos usuais. A escolha da cor ou do acabamento específico será realizada pela Administração no momento da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços. Eventuais solicitações fora da lista pré-definida dependerão de anuência do contratado;

**2.7.3. Escolha entre Opções de Materiais ou Acabamentos:** Para itens que apresentem mais de uma possibilidade (ex.: tipos de tecido ou material), a Administração definirá a opção desejada no momento da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços;

**2.7.4. Estado de Conservação:** Todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado de uso, livres de rachaduras, manchas, arranhões, rasgos, mau cheiro ou quaisquer defeitos aparentes que comprometam sua estética ou funcionalidade;

**2.7.5. Higienização e Apresentação:**

**2.7.5.1.** Todos os itens deverão ser entregues em condições adequadas para uso imediato, livres de sujidades, odores, manchas, rasgos, rachaduras, arranhões ou quaisquer defeitos aparentes.

**2.7.5.2. Itens têxteis** (toalhas, capas, mantas e cortinas) deverão estar devidamente higienizados, passados e embalados de forma a preservar sua limpeza e conservação.

**2.7.5.3. Plantas e folhagens naturais** deverão apresentar aspecto saudável, estar hidratadas, livres de sinais de ressecamento, pragas, manchas ou danos, com aparência de novas e bem cuidadas.

**2.7.5.4. Itens decorativos e mobiliário** deverão apresentar acabamento íntegro, sem desgastes que comprometam a estética ou a funcionalidade.

**2.7.6. Todos os projetores, refletores e painéis de vídeo devem utilizar tecnologia LED**, visando a redução do consumo de energia e menor dissipação de calor no ambiente.

**2.7.7. Todos os palcos, tablados e tendas devam ser equipados com rampas de acesso, corrimãos e sinalização adequada**, em conformidade com a NBR 9050.

**2.7.8.** O quantitativo a ser eventualmente adquirido, durante a vigência da Ata de Registro de Preço, será solicitado pelas unidades demandantes e os saldos das respectivas Atas de Registro de Preços serão controlados pela Superintendência de Licitação e Contratos - SLC, deste TJPI.

**2.7.9.** O setor demandante, responsável pela solicitação do objeto, se resguarda no direito de recusar o recebimento do produto/serviço que estiver em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência ou quando estiver sem saldo.

**2.7.10.** Havendo divergências entre as especificações dos itens constantes do Termo de Referência e as do sistema de pregão eletrônico prevalecerão às primeiras.

**2.7.11.** O critério de julgamento das propostas é o menor preço do grupo ou do item conforme o caso, observando que os valores unitários dos itens da proposta vencedora não poderão ser superior aos orçados pela Administração.

**2.8. DAS COTAS RESERVADAS A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar 123/2006):**

**2.8.1.** Não será aplicada reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame, nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, diante das particularidades técnicas e operacionais inerentes à contratação de serviços de locação de estruturas para eventos.

**2.8.2.** Embora os arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como os arts. 6º a 8º do Decreto nº 8.538/2015, estabeleçam tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive mediante realização de certames exclusivos e instituição de cotas reservadas, a própria legislação prevê hipóteses excepcionais de afastamento dessas medidas quando evidenciado prejuízo à Administração Pública ou ao conjunto do objeto contratado.

**2.8.2.1.** Nesse contexto, verifica-se que a adoção de exclusividade ou de divisão do objeto em cotas reservadas para ME/EPP mostra-se inadequada à presente contratação, exceto para o item 68 (Recepcionista para eventos e cerimonial), considerando a natureza integrada, interdependente e operacionalmente indivisível dos serviços de locação de estruturas de eventos, os quais demandam padronização, compatibilidade técnica, logística unificada, coordenação simultânea e execução harmônica entre todos os itens contratados.

**2.8.2.2.** A fragmentação do objeto em cotas distintas poderá comprometer a uniformidade da execução contratual, ocasionando divergências operacionais, incompatibilidade entre estruturas, dificuldades de gerenciamento, aumento dos riscos de inadimplemento e prejuízos à continuidade e à eficiência dos eventos institucionais promovidos pelas unidades administrativas e judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

**2.8.2.3.** Ademais, a divisão do objeto tende a reduzir a atratividade econômica do certame, especialmente em razão da diminuição dos quantitativos disponíveis por lote ou item, circunstância que pode afastar potenciais fornecedores com capacidade operacional compatível, restringindo a competitividade e elevando o risco de fracasso da licitação ou de contratação por valores superiores aos estimados pela Administração.

**2.8.2.4.** Ressalte-se que o art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, assim como o art. 10, incisos I e II, do Decreto nº 8.538/2015, autorizam expressamente o afastamento dos benefícios previstos nos arts. 47 e 48 quando inexistirem fornecedores competitivos em número suficiente ou quando o tratamento diferenciado não se revelar vantajoso à Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto.

**2.8.2.5.** Cumpre destacar que o objetivo da Lei Complementar nº 123/2006 consiste em fomentar o desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte sem, contudo, afastar a observância dos princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da competitividade, economicidade, eficiência e busca da proposta mais vantajosa, previstos na legislação de regência das contratações públicas.

**2.8.2.6.** Registre-se, ainda, que a presente contratação não afasta integralmente os benefícios conferidos às ME/EPP, permanecendo assegurado o tratamento favorecido previsto em lei, especialmente o direito de preferência em situação de empate ficto, conforme disciplina da Lei Complementar nº 123/2006.

**2.8.3.** Diante do exposto, resta devidamente justificada a não aplicação dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e dos arts. 6º a 8º do Decreto nº 8.538/2015 ao presente certame, tendo em vista que a adoção de exclusividade ou de cotas reservadas, para a maioria dos itens, poderá comprometer a competitividade, a economicidade, a uniformidade da execução contratual e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, inclusive com risco de fracasso da licitação ou de contratação por preços superiores aos referenciais estimados. Ressalta-se, contudo, que foi estabelecida a exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte no item 68 (Recepcionista para eventos e cerimonial), em observância às disposições da legislação aplicável e à viabilidade verificada para o referido item.

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS**

**3.1.** Trata-se de serviço comum, e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços**.

**3.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

**3.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**4. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

**4.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 9.246.402,10 (nove milhões, duzentos e quarenta e seis mil quatrocentos e dois reais e dez centavos)**, neste valor está incluso o montante de **R\$ 32.114,49 (trinta e dois mil cento e quatorze reais e quarenta e nove centavos)** referente à estimativa de frete, conforme custos unitários apostos na Pesquisa de Preços Nº 232/2026 (8179590).

**5. JUSTIFICATIVA:**

**5.1.** A demanda foi inicialmente proposta pela Coordenadoria de Cerimonial do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, tendo em vista a necessidade de viabilizar estrutura física e de pessoal especializado para realização de eventos institucionais ( treinamentos, congressos, seminários, homenagens, comemorações de datas festivas e outros), promovidos pelo Tribunal de Justiça do Piauí-TJPI e Escola Judiciárias do Piauí – EJUD/PI a serem realizados nas unidades administrativas e judiciais localizadas na Capital e no Interior do Estado do Piauí.

**5.2.** Os serviços de recepção de eventos, demandados no presente ETP não constam das atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salário do Tribunal de Justiça do Piauí, nem fazem parte de sua missão institucional, eis que se tratam de atividades acessórias ou instrumentais para o cumprimento da finalidade deste Tribunal, assim justificando-se a sua contratação pontual para atendimento das demandas relacionadas neste ETP.

**5.3.** Por sua vez, os móveis e equipamentos objeto de locação pela Administração, objetivam viabilizar a estrutura necessária e temporária para a realização de eventos de interesse da Administração, os quais não existem arrolados pelo patrimônio mobilizado do Tribunal para serem utilizados em eventos, visto que, apesar de imprescindível para viabilizar os eventos em tela, tratam-se de demandas pontuais e não seria razoável a aquisição de tais materiais. A seguir passamos a justificar a locação dos itens de maior relevância:

**5.3.1. Da locação de tendas:** justifica-se em razão dos horários que em geral são realizados os eventos (a partir de 10hs) considerando que não há espaço interno suficiente e coberto para realização de coquetel que fazem parte dos eventos em geral, e que as áreas abertas e/ou pátios dos fóruns, todos são a céu aberto, necessitando de tenda de cobertura que proporcione sombra visando o maior conforto das autoridades e demais convidados aos eventos.

**5.3.2. Da locação de treliças de alumínio e painel de LED:** O TJPI/EJUD não possuem este tipo de painel de LED para realização de seus eventos, nem tampouco a estrutura de suporte do painel que se trata de treliças – que são estruturas em forma de viga de sustentação, estruturada com material rígido que impeçam sua movimentação e nela possa ser fixado o painel de LED sem risco de queda ou acidentes; A treliça pode ser de madeira ou alumínio, optou-se por alumínio por ser a mais utilizada nesse tipo de evento, por razão de maior facilidade de manuseio e instalação. .

**5.3.3. Da locação de passarela:** Trata-se de um item de decoração utilizado há anos e vista com frequência em todo tipo de solenidade e evento, desde os mais tradicionais aos mais modernos; além de ser uma peça decorativa do evento, ela reveste o piso delimitando e informando o espaço de passagem das autoridades e convidados em geral, protegendo o chão contra possíveis danos em caso de um piso mais delicado, ou promovendo a segurança das pessoas em caso de pisos irregulares e de cimento bruto tornando-os mais uniformes e facilitando a caminhada das pessoas desde a entrada do hall principal até o local do evento.

**5.3.4. Da locação de climatizador evaporativo com vazão de até 25.000m<sup>3</sup>/hora:** para uso nas áreas externas dos Fóruns/Tribunal onde ocorrerão os eventos de interesse do TJPI/EJUD. Justifica-se a necessidade em razão do clima quente e seco existente no Estado, assim, a locação de climatizador visa fornecer o conforto mínimo aos convidados e autoridades presentes aos eventos. Considerando o horário e a quantidades de convidados confirmados será definido a quantidades de climatizadores a serem utilizados.

**5.3.5. Da locação de stands e palcos** visa atender à demanda do TJPI/EJUD na realização de eventos institucionais de caráter técnico, educativo, cultural e/ou comemorativo, que integram o calendário oficial da instituição. Tais eventos têm por objetivo promover a difusão de informações relevantes, a valorização da cidadania, a aproximação com a sociedade e o fortalecimento da imagem institucional perante o público interno e externo. Isto posto, a locação é essencial para viabilizar a adequada organização do espaço, garantindo a segurança, a acessibilidade e o conforto dos participantes, além de proporcionar suporte técnico às apresentações, exposições, cerimônias e demais atividades previstas na programação.

**5.2.** Por fim, a fundamentação para contratação do serviço encontra embasamento nos Estudos Preliminares Nº 82/2026 Nº (8112101).

## **6. DOS ASPECTOS ESTRATÉGICOS, PLANEJADOS E SUSTENTÁVEIS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. DA RELAÇÃO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC):**

**6.1.1.** De acordo com o disposto nos arts. 2º e 3º do Provimento Nº 13/2025 ( 6640734), as contratações realizadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí devem estar alinhadas ao Plano Estratégico institucional, ser precedidas de adequado planejamento e estar previamente previstas no Plano Anual de Contratações (PAC) da Unidade Gestora, salvo justificativa fundamentada e aprovação da autoridade máxima competente, nos termos do art. 21, §1º, do referido Provimento.

**6.1.2.** O objeto da presente contratação encontra previsão no Plano Anual de Contratações para 2026, aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça do estado do Piauí, por meio da Resolução nº 494/2025 (PJPI/TJPI/SECPRE/SAIM - 7360525), nos itens 6 a 112.

### **6.2. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:**

**6.2.1.** Conforme o disposto no art. 2º do Provimento nº 13/2025 (6640734), todas as aquisições e contratações no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí devem estar alinhadas ao Planejamento Estratégico institucional, com vistas à organização, racionalização dos trâmites, eficácia das aquisições e cumprimento das determinações legais vigentes.

**6.2.2.** A presente contratação encontra-se em conformidade com os objetivos do Planejamento Estratégico vigente do TJPI, notadamente quanto às seguintes diretrizes:

**6.2.2.1. Eixo II - Ampliação da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade**, que propõe a adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do TJPI como instituição garantidora de direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas voltadas à solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

**6.2.2.2. Eixo IX - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária**, que visa formular, implantar e monitorar estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos magistrados(as), servidores(as), sociedade e demais atores do sistema de justiça. Este eixo contempla a eficiência operacional interna, a humanização do serviço, a desburocratização, a simplificação de processos, o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do TJPI e a adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

**6.2.3.** A presente demanda encontra-se alinhada ao Eixo II e ao Eixo IX do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, na medida em que visa ao adequado provimento de estrutura para eventos institucionais, assegurando suporte eficiente às atividades promovidas pelo Tribunal e pela Escola Judiciária - EJUD. Tal iniciativa contribui para o aprimoramento da prestação dos serviços institucionais, especialmente no âmbito das ações educacionais e administrativas, ao mesmo tempo em que promove o fortalecimento da gestão administrativa, por meio da padronização, organização e otimização dos recursos empregados na realização de eventos.

## **7. DA ENTREGA, RECEBIMENTO DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** O objeto deverá ser fornecido de forma parcelada, sob demanda, devendo ser observado, para tanto, o porte do evento e a quantidade estimada de participantes (dentre servidores, magistrados e público em geral), devendo ser liberados os itens registrados/contratados na proporção adequada para a satisfação da necessidade.

**7.1.1.** Na entrega do objeto, todas as despesas incidentes sobre o fornecimento do objeto contratado e sua entrega no local designado pelo CONTRATANTE, inclusive os atinentes à MONTAGEM E DESMONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO, bem como as definidas em leis sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e previdenciárias, impostos e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, salvo no caso

de realização de eventos nas Comarcas do Interior, onde será acrescentado ao valor total dos itens utilizados no evento, o VALOR ADICIONAL correspondente ao valor do frete calculado a partir da sede da empresa contratada ou da sede do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, localizada na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, nº 3509, Bairro São Raimundo, CEP 64075-065, Teresina/PI, até o local do evento. Entre essas duas origens possíveis, prevalecerá aquela que apresentar a menor distância **até o local do evento, conforme Anexo I do TR.**

**7.1.1.1.** No tocante aos valores mínimos das contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, cumpre estabelecer os seguintes parâmetros operacionais e financeiros, com vistas à preservação da vantajosidade econômica da contratação e à racionalização dos custos logísticos envolvidos na execução dos serviços:

**a) CAPITAL:** Nas contratações destinadas à realização de eventos na Capital, o valor global da contratação deverá corresponder, preferencialmente, ao montante mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Excepcionalmente, admitir-se-á contratação em valor inferior, desde que a medida esteja devidamente motivada e justificada no respectivo Formulário de Liberação Interna - FLI, acompanhada da demonstração do interesse público envolvido e submetida à aprovação da autoridade competente.

**b) COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO:** Nas contratações destinadas às Comarcas do interior, o valor correspondente aos itens de estrutura de eventos deverá ser igual ou superior ao custo estimado do frete necessário ao deslocamento até o local de execução do evento, de modo a assegurar a proporcionalidade econômica da contratação e evitar distorções que possam resultar em onerosidade excessiva da despesa logística em relação ao objeto efetivamente contratado.

**7.1.2.** A Contratada deverá oferecer mobiliários, equipamentos e itens de decoração de primeira qualidade para fins de locação, não sendo admitidos materiais danificados, obsoletos e/ou destoantes da formalidade que requerem os eventos institucionais realizados pelo TJPI/EJUD.

**7.1.3.** A contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 1 (um) evento simultaneamente e em locais diferentes.

**7.1.4.** Os entregadores e pessoal de apoio da Contratada deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.

**7.1.5.** As quantidades e o prazo de entrega dos móveis e equipamentos a serem utilizados, bem como sua montagem e acondicionamento no local deverão ocorrer no máximo até o dia anterior à data do evento, devendo serem recolhidos tão logo finalize o evento, sendo a locação e instalação autorizada **a partir da publicação do Contrato ou Ordem de serviço no PNCP.**

**7.1.5.1.** Excepcionalmente, o prazo de recebimento poderá **ser prorrogado a critério da Administração**, desde que tenha ocorrido alteração de data dos eventos e devidamente comunicado ao fornecedor com apresentação da justificativa.

**7.1.5.2.** Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela **autoridade competente** para celebrar o contrato/assinar Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho.

**7.1.5.3.** Caberá ao Cerimonial, através do fiscal nomeado, auxiliado pela Superintendência de Gestão de Contratos, auxiliarem a autoridade competente pelo deferimento da prorrogação.

**7.2.** A CONTRATADA deverá entregar os móveis e equipamentos e retirá-los, em dias úteis, no horário de 07h (sete) horas às 14h (quatorze) horas, no local indicado pela autoridade responsável do TJPI/EJUD. Sendo obrigatório o aviso e agendamento da entrega com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, por meio do e-mail: [cerimonial@tjpi.jus.br](mailto:cerimonial@tjpi.jus.br), e do telefone: (86) 3218-0873 **ou** e-mail: [ejud@tjpi.jus.br](mailto:ejud@tjpi.jus.br), telefones: (86) 3215-7301.

**7.3.** Por ocasião do recebimento dos serviços (fornecimento, instalação e desinstalação dos equipamentos, e mão de obra especializada) serão aferidas a qualidade e a quantidade de acordo com o Termo de Referência e com a proposta vencedora.

**7.4.** Ao final da Prestação dos Serviços deverão ser encaminhadas a Nota Fiscal e a cópia do Contrato/Ordem de Serviço para o fiscal do Contrato.

**7.5.** Nos termos do artigo 140 da Lei 14.133/2021, o objeto desta licitação será recebido:

**7.5.1. Provisoriamente**, de forma sumária, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da entrega do material ou prestação do serviço, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

**7.5.2. Definitivamente**, mediante lavratura de Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, em **até 15 (quinze) dias**, a partir do **recebimento provisório** e após a comprovação de conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência, ocasião em que se fará constar o Atesto na Nota Fiscal.

**7.6.** Os serviços prestados em desconformidade com o especificado neste Termo, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a corrigi-los ou substituí-los em até 2 (duas) horas antes do horário definido para o início do evento, contados da data do recebimento da Notificação escrita, necessariamente acompanhada do Termo de Recusa do Serviço, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

**7.6.1.** A Notificação de que trata o item anterior, suspende os prazos de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

**7.6.2.** O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelas perfeitas condições de uso do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.

**7.6.3.** Na entrega do objeto, as despesas de embalagem, seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições do objeto, indicadas pela CONTRATANTE, deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para CONTRATANTE.

**7.6.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

**7.6.5.** O serviço prestado deverá obedecer ao disposto no artigo nº 31 da Lei Federal nº 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) que diz: "A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores".

## **7.7. DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS ITENS**

**7.7.1.** Durante a fase de Julgamento das Propostas no sistema eletrônico, não será exigida a apresentação de amostras físicas dos itens ofertados, bastando, para fins de análise preliminar, o envio de **catálogos, imagens, fichas técnicas ou documentos similares**, conforme exigido neste Edital.

**7.7.2.** Entretanto, sempre que os documentos apresentados não forem suficientes para assegurar a compatibilidade, a qualidade ou a conformidade dos itens com as exigências do Termo de Referência, poderá ser realizada **verificação técnica complementar** junto ao licitante provisoriamente vencedor, a critério da Administração.

**7.7.3.** A verificação **poderá** ocorrer por meio de:

**a) visita técnica in loco** às instalações da licitante, em local indicado pela empresa **dentro do território estadual**; ou

**b) videoconferência com apresentação remota dos itens**, nos casos em que a empresa estiver localizada **dentro ou fora** do estado do Piauí, ou quando a Administração entender mais adequada a análise remota.

**7.7.4.** A equipe avaliadora será composta pelo pregoeiro, servidores da unidade demandante (Cerimonial) e, quando necessário, por outros profissionais designados pela Administração, com conhecimento técnico compatível com os itens a serem avaliados.



**7.7.5.** A licitante será notificada com **antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas** e deverá disponibilizar, de forma organizada e operacional, os itens que forem indicados para verificação, conforme instruções específicas da equipe técnica.

**7.7.6.** Serão avaliados, conforme a natureza do item, aspectos como: conformidade técnica, funcionalidade, acabamento, potência, compatibilidade com o uso previsto, qualidade do material, estado de conservação (quando aplicável), segurança, estética, acessibilidade, entre outros.

**7.7.7.** Da verificação será lavrado **relatório técnico ou ata circunstanciada**, contendo, sempre que possível, registros fotográficos ou capturas de tela, que servirão de subsídio à decisão do pregoeiro quanto à aceitação ou recusa da proposta.

**7.7.8.** A recusa injustificada em se submeter à verificação técnica, a não apresentação dos itens no prazo indicado, ou a comprovação de inadequação relevante aos requisitos do Termo de Referência ensejarão a **desclassificação da proposta**, mediante decisão motivada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**7.7.9.** A verificação técnica complementar é etapa facultativa, destinada exclusivamente à comprovação de aderência da proposta ao Termo de Referência, não se confundindo com a fase de habilitação e não substituindo a apresentação dos documentos obrigatórios exigidos no edital.

## **8. VALIDADE DA PROPOSTA**

**8.1.** As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá:

**9.1.** Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos inerentes e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**9.1.1.** Efetuar a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constante no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e cópia do contrato/ordem de fornecimento.

**9.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17, a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**9.1.3.** Recolher e dar destinação final ambientalmente adequada a todos os resíduos de montagem (sobras de carpete, plásticos e fitas), conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**9.2.** Fornecer o objeto da contratação de acordo o prazo estabelecido no Contrato e/ou na Ordem de Fornecimento, a contar do seu recebimento, juntamente com a Nota de Empenho, conforme o estabelecido no Termo de Referência;

**9.3.** Assinar o Contrato Administrativo/Ordem de serviço/ ata de registro de preços e retirar a Nota de Empenho no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados a partir da data da sua disponibilização no Sistema Eletrônico SEI, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.;

**9.4.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**9.5.** Verificar previamente junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, necessários a prestação do serviço, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas na prestação do serviço pelo fornecimento como motivos que justifiquem atrasos na entrega do objeto;

**9.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme estabelece o art. 92, XVI da Lei nº 14.133/2021;

**9.7.** Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante do TJPI, inerentes ao objeto da contratação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ressalvados os casos de urgência, nos quais o TJPI poderá solicitar resposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

**9.8.** Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados durante a execução do Contrato;

**9.9.** Assumir total responsabilidade por quaisquer acidentes de que seus empregados venham a ser vítimas nas dependências do Contratante;

**9.10.** Manter os contatos com o CONTRATANTE sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência na execução do Contrato que, posteriormente, devem sempre ser confirmados por escrito, dentro de até 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de contato;

**9.11.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, **os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**;

**9.12.** Arcar com o pagamento de todas as despesas decorrentes da prestação do serviço, incluindo as despesas definidas em leis sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e previdenciárias, impostos e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, o objeto ora contratado, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações da CONTRATADA, a título de revisão de preço ou reembolso;

**9.13.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal de Justiça do Piauí, devendo ainda atender prontamente as reclamações;

**9.14.** Não transferir a outrem, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

**9.15.** A CONTRATADA fica obrigada a disponibilizar o(s) número(s) do(s) telefone(s) da empresa ou do responsável, para atendimento dos chamados da CONTRATANTE, para solução do problema demandado, em caso de reclamações;

**9.16.** Comunicar ao Contratante, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas os motivos que eventualmente impossibilitem a prestação dos serviços no prazo estipulado, nos casos em que houver impedimento justificado para funcionamento normal de suas atividades, sob a pena de sofrer as sanções da Lei 14.133/2021;

**9.17.** Vincular-se ao que dispõe a lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção de Defesa do Consumidor);

**9.18.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

**9.19.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/21);

**9.20.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**9.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

**9.23.** Considerando a Resolução nº 351 de 2020 do Conselho Nacional de Justiça e a implementação pelo CONTRATANTE da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação, a CONTRATADA obriga-se a fornecer aos seus colaboradores a estrutura de prevenção e combate ao assédio moral, sexual e contra toda forma de discriminação, através do planejamento e execução de ações preventivas, que

devem ser divulgadas e adotadas como práticas permanentes, capacitando os colaboradores em como proceder no caso de suspeita de assédio; fornecer canal de recebimento de denúncias a serem apuradas e solucionadas, sempre que possível, por via conciliatória que resulte no ajuste de condutas, além de garantir a punição dos responsáveis, conforme cada caso.

**9.23.1.** As práticas estabelecidas no item 9.23 podem ser executadas mediante parceria entre o Contratante e a Contratada, cuja avença deve ser levada a termo através do competente instrumento, o que constitui uma faculdade do Contratante."

**9.24.** É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TJ/PI, durante o período de fornecimento;

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21, o CONTRATANTE deverá:

**10.1.** Acompanhar, atestar e remeter nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto;

**10.2.** Efetuar o pagamento do serviço, nas condições e preços pactuados, dentro do prazo fixado neste TR, após a entrega da documentação pelo Fiscal de Contrato ou pela Comissão de fiscalização à **SOF**.

**10.2.1.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência;

**10.3.** Comunicar à CONTRATADA o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação do serviço requisitado, que possa comprometer a tempestividade, a qualidade e a eficácia do uso a que se destina;

**10.4.** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;

**10.5.** Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;

**10.6.** Manter os contatos com a CONTRATADA por escrito, ressaltados os entendimentos verbais determinados pela urgência que, posteriormente, devem ser confirmados por escrito no prazo de até 72 (setenta e duas) horas;

**10.7.** Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço prestado ou material fornecido fora das especificações constantes no Termo de Referência;

**10.8.** O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, transferência de responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representante ou quaisquer outros;

**10.9.** Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do Tribunal de Justiça do Piauí-TJPI e Escola Judiciárias do Piauí – EJUD/PI para entrega do objeto;

**10.10.** Acompanhar os procedimentos a serem realizados pela Comissão de Fiscalização ou pelos Fiscais do instrumento contratual.

**10.11.** Exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha a causar embaraço ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;

**10.12.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

**10.13.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato, ressaltados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste contrato, na forma no artigo 123 da Lei 14.133/21;

**10.13.1.** Salvo disposição legal, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

**10.14.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.15.** Designar servidor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ - TJPI para atuar como fiscal do contrato, devendo o mesmo acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, zelando pelo seu fiel cumprimento;

**10.16.** Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.

## 11. DO PAGAMENTO

**11.1.** O pagamento obedecerá, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, conforme determinado pela IN TCE/PI nº 02/2017 e arts.141 a 146, da Lei 14.133/2021;

**11.2.** O pagamento será efetuado pela Administração **de acordo com a prestação do serviço**, por meio de requerimento de pagamento realizado de forma eletrônica, nos termos da Portaria/TJPI Nº 365/2021, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária.

**11.2.1.** O pagamento deverá ser realizado em parcela única, de acordo com o montante estipulado neste contrato.

**11.2.2.** O pagamento estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Requerimento de Pagamento;
- b) Atesto da Despesa, devidamente preenchido e assinado;
- c) Apresentação da Nota Fiscal com dados bancários, fatura ou documento equivalente, atestado pelo setor competente;
- d) Cópia do Contrato Administrativo ou da Ordem de Fornecimento; e
- e) Cópia da Nota de Empenho;
- f) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- g) Prova de regularidade do FGTS;
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede e dívida ativa;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- j) Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

**11.3.** As certidões extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas letras f, g, h, i, que se dará por consulta *ON LINE*, nos termos da [Instrução Normativa nº 03/2018 - SEGES/MPDG](#).

**11.4.** Para fins de cumprimento do disposto no item 11.2, em consonância com a Portaria/TJPI Nº 365/2021, a contratada deverá utilizar-se da ferramenta de Peticionamento Eletrônico via sistema SEI para a solicitação de pagamento e juntada da documentação necessária, conforme manual disponível no link [https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual\\_Peticionamento\\_tjpi.pdf](https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual_Peticionamento_tjpi.pdf);

**11.4.1** Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, após o recebimento definitivo do bem ou prestação do serviço, sem que o CONTRATADO realize o PETICIONAMENTO ELETRÔNICO DE PAGAMENTO, nos termos da Portaria/TJPI Nº 365/2021, permanecendo inerte, o FISCAL DO CONTRATO deverá solicitar de ofício o pagamento do CONTRATADO à Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do final do prazo anterior com a finalidade de evitar, abertura de processos de pagamentos de exercícios anteriores e/ou enriquecimento sem



causa por parte da Administração Pública.

**11.5.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.

**11.6.** O prazo para a liquidação da despesa será de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

**11.6.1.** O prazo supra poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, desde que justificadamente houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**11.7.** O pagamento será efetuado em até 04 (quatro) dias úteis, a contar da liquidação da despesa.

**11.7.1.** O pagamento será realizado mediante crédito bancário, de titularidade da CONTRATADA e vinculado ao CNPJ próprio da empresa, não se admitindo, em hipótese alguma, desconto ou cobrança de título na rede bancária.

**11.8.** O banco ao qual pertence à conta da empresa deve ser cadastrado no sistema do Banco Central do Brasil, para que seja possível a compensação bancária, na qual a SOF creditará os pagamentos a que faz jus a empresa contratada.

**11.9.** A CONTRATADA poderá alterar os dados bancários de pagamento, prescindindo de apostilamento contratual, desde que a nova conta informada seja de titularidade da CONTRATADA e vinculado ao CNPJ próprio da empresa, incumbindo-se a CONTRATADA de informar por escrito à Superintendência de Gestão de Contratos - SGC e à Superintendência de Orçamentos e Finanças - SOF, para fins de modificação nos sistemas internos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

**11.10.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

**11.11.** Na existência de erros, omissões ou irregularidades, a documentação será devolvida à empresa contratada/fornecedora, para as correções devidas, passando o novo prazo para pagamento a ser contado a partir da data da apresentação dos documentos corrigidos.

**11.12.** Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

**11.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, incidirão correção monetária e juros moratórios.

**11.14.** Fica convencionado que a correção monetária e os encargos moratórios serão calculados entre a data do adimplemento da parcela e a do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = TX/365      I = 0,06/365      I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**11.15.** A correção monetária será calculada com a utilização do índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**11.16.** No caso de atraso na divulgação do IPCA, será pago à licitante vencedora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**11.17.** Caso o IPCA estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**11.18.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial.

**11.19.** Previamente ao pagamento, o Tribunal deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

**11.19.1.** A eventual perda das condições de que trata o item 11.19 não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.

**11.19.2.** Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.

**11.19.2.1.** A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

**11.19.3.** É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV, do art. 139, da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.20.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o item 11.6.

**11.21.** Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

**11.22.** No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

**11.23.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

## **12. DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

**12.1.** O contrato pode ser alterado nos casos previstos nos art. 124 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do TJPI, com a apresentação das devidas justificativas.

**12.1.1.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo. (Lei 14.133/21, art 136).

**12.2.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que se deu em 29/05/2026.

**12.3.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.3.1.** No caso de reajuste será utilizado o IPCA ou índice setorial, ou específico que venha a ser criado e melhor reflita a variação de preços do

mercado.

**12.3.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.3.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**12.3.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**12.3.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**12.3.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**12.4.** No caso de reajuste será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou índice setorial, ou específico que venha a ser criado e melhor reflita a variação de preços do mercado.

**12.5.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), por item, do valor inicial atualizado do contrato.**

**12.6.** Os reajustes e alterações ao Contrato serão formalizados por meio de termo aditivo, sendo possível, de forma excepcional, a antecipação dos seus efeitos contanto que a formalização seja realizada dentro do prazo máximo de 01 (um) mês, de acordo com o art.132 da Lei 14.133/21.

**12.7.** No caso de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o prazo para resposta será de 90 (noventa) dias.

### 13. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

**13.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), tendo em vista, que a prestação do serviço não decorrerá obrigações futuras.

**13.2.** Trata-se de contratação de baixo risco de inexecução, tendo em vista, que o pagamento só será realizado após a prestação do serviço, que são comuns, e a adoção de garantia poderia onerar a administração de forma desnecessária. Pelo motivo exposto dispensa-se o uso da garantia de execução.

### 14. MODELO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

**14.1.** Auxiliado(a) pela Superintendência de Gestão de Contratos e Convênios do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, a fiscalização será exercida por servidor/comissão devidamente designado(a).

**14.2.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

**14.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**14.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

**14.5.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**14.6.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**14.7.** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

**14.8.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

**14.9.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**14.10.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**14.11.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

**14.12.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**14.13.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

**14.14.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

**14.15.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**14.16.** Caberá à Gestão de Contratos do TJ/PI, auxiliada pelo fiscal do contrato, indicado pelo TJ/PI, fiscalizar a execução e controle do contrato, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do instrumento de contratação, determinando, quando necessário, a regularização de falhas observadas, conforme prevê o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**14.17.** As ocorrências registradas pela fiscalização serão comunicadas à CONTRATADA, para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, mediante a abertura de processo administrativo, garantido o contraditório a ampla defesa.

#### 14.18. Forma de execução e de gestão do contrato

##### 14.18.1. Principais Papéis

**14.18.1.1.** A execução do contratado pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Fiscal Contrato	Servidor do TJPI representante da Área Administrativa e/ou Técnica.

<b>Gestor do Contrato</b>	Servidor do TJPI com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato
---------------------------	---

#### **14.18.2. Dinâmica da Execução**

**14.18.2.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**14.18.2.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### **14.18.3. Fiscalização Técnica**

**14.18.3.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**14.18.3.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**14.18.3.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**14.18.3.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

**14.18.3.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**14.18.3.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### **14.18.4. Fiscalização Administrativa**

**14.18.4.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**14.18.4.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **14.18.5. Gestor do Contrato**

**14.18.5.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**14.18.5.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**14.18.5.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**14.18.5.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**14.18.5.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**14.18.5.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**14.18.5.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização os procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

#### **14.18.6. Monitoramento da Execução**

**14.18.6.1.** O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato serão exercidos pela Superintendência de Gestão de Contratos e Convênios, com auxílio do fiscais do contrato, especialmente designados para este fim, que deverão informar ao gestor do contrato as ocorrências durante seu andamento;

**14.18.6.2.** Compete ao gestor e aos fiscais do contrato dirimir eventuais dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto e de tudo dar ciência à empresa CONTRATADA, para fiel execução contratual durante toda a vigência do contrato.

**14.18.6.3.** Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa CONTRATADA perante o TJPI ou terceiros, os produtos e eventuais serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização;

**14.18.6.4.** A presença do servidor designado como gestor do contrato e dos servidores designados como fiscais não diminuirá a responsabilidade contratual da empresa CONTRATADA.

### **15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRATUAIS E SANÇÕES**

**16.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa quais sejam:

**16.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**16.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse

coletivo;

**16.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**16.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**16.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**16.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**16.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do serviço da licitação sem motivo justificado;

**16.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**16.1.9.** fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**16.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**16.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**16.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**16.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 16.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa

**b.1.)** Multa moratória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2)** Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto, configurada após o nonagésimo dia de atraso;

**c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**16.3.** A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

**16.4.** Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**16.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

**16.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**16.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**16.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

**16.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste TR ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**16.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **16.1.6**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**16.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, da Comissão Permanente de Processo Administrativo Contratual- CPPADCON que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**16.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**16.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**16.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**16.15.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**16.16.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**16.17.** Serão publicadas no Diário da Justiça do TJPI as sanções administrativas previstas, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**16.18.** As sanções de multa por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Anexo III do Termo de Referência.

## **17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS EDITALÍCIAS E SANÇÕES**

**17.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**17.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente da contratação/a durante o certame;

**17.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**17.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**17.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**17.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**17.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**17.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**17.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**17.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**17.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**17.1.5.** Fraudar a licitação

**17.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**17.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**17.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**17.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**17.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**17.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**17.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**17.2.1.** Advertência;

**17.2.2.** Multa;

**17.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**17.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**17.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**17.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**17.3.2.** As peculiaridades do caso concreto

**17.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**17.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**17.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**17.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da Administração para o item ou grupo, conforme o caso licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da comunicação oficial.

**17.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado da Administração para o item ou grupo, conforme o caso licitado.

**17.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor estimado da Administração para o item ou grupo, conforme o caso.

**17.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**17.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**17.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**17.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**17.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN](#)



**17.10.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo **CPPADCON**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**17.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**17.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**17.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**17.14.** A aplicação das sanções previstas no edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

**18.1.** Dotação orçamentária conforme Despacho 52686/2026 (8128002), nos autos do Processo Originário Sei Nº 26.0.000041705-9, indicada abaixo:

<b>Prestação de Serviços de locação de móveis e equipamentos de estruturas, destinados à realização de eventos institucionais realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, tanto na Capital quanto no Interior</b>	
Unidade Orçamentária: Fonte:	04101 - Tribunal de Justiça 760 - Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas
Ação Orçamentária Classificação Funcional Progr.: Natureza da Despesa: Plano Orçamentário:	<b>6100 - Custeio Administrativo do Poder Judiciário Estadual</b> 02.061.0115.6100 <b>339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b> 000163 - 2º Grau de Jurisdição

<b>Prestação de Serviços de locação de móveis e equipamentos de estruturas, destinados à realização de eventos institucionais no âmbito da Escola Judiciária do Estado do Piauí – EJUD</b>	
Unidade Orçamentária: Fonte:	04106 - ESCOLA JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ 760 - Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas
Ação Orçamentária Classificação Funcional Progr.: Natureza da Despesa: Plano Orçamentário:	<b>6079 - Seleção, Treinamento, Capacitação, Formação, Aperfeiçoamento e Especialização</b> 02.061.0115.6079 <b>339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b> 000163 - 2º Grau de Jurisdição

## 19. DA ADJUDICAÇÃO

**19.1.** O critério de julgamento, que fundamentará a Contratação, será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, com exceção dos itens **65 a 68** que será **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas todas as exigências do Termo de Referência.

## 20. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

**20.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**20.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**20.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**20.3.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**20.3.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**20.3.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**20.3.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**20.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**20.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**20.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**20.4.3.** Indenizações e multas.

**20.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**20.6.** A extinção do contrato poderá ser:

**20.6.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**20.6.2.** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**20.6.3.** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**20.7.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**20.8.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que

houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

**20.9.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

**20.9.1.** assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**20.9.2.** ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

**20.9.3.** execução da garantia contratual para:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

**20.9.4.** retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**20.10.** A aplicação das medidas previstas nos subitens 20.9.1. e 20.9.2. ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**20.11.** Na hipótese do subitem 20.9.2., o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Presidente do Tribunal de Justiça.

## 21. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

**21.1.** O prazo de vigência dos instrumentos contratuais resultantes do presente registro de preços terão vigência de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da lei 14.133/21, contados da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**21.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## 22. DA SUBCONTRATAÇÃO

**22.1.** Será permitida a subcontratação do objeto até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento), conforme disciplina o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente autorizada pela administração (Contratante).

**22.2.** A empresa Contratada poderá subcontratar no percentual permitido no item anterior, empresas do ramo, no local onde o evento será realizado para prestação dos serviços de locação dos equipamentos de eventos. Neste caso, a empresa contratada não receberá o VALOR ADICIONAL correspondente ao frete.

**22.3.** A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto, transferir sua responsabilidade para terceiros, inclusive em caso de subcontratação.

**22.3.1.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**22.4.** A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**22.5.** O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**22.6.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**22.7.** Em caso de subcontratação do objeto, a CONTRATADA fica obrigada a disponibilizar também o(s) número(s) do(s) telefone(s) da empresa subcontratada ou do seu responsável, para atendimento dos chamados da CONTRATANTE, para solução do problema demandado, em caso de reclamações.

## 23. DA GARANTIA DO SERVIÇO

**23.1.** A garantia dos serviços prestados no âmbito da presente contratação será regida pelas disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), aplicando-se, no que couber, as normas relativas à responsabilidade pela adequada prestação dos serviços, à qualidade, à segurança e à reparação de eventuais falhas, vícios ou inadequações verificadas na execução contratual.

**23.2.** O prazo de garantia terá início a partir do recebimento definitivo dos serviços, consubstanciado no atesto formal da execução pela Administração, momento a partir do qual se iniciará a contagem do período de responsabilização da contratada quanto à correção de eventuais inconsistências, falhas operacionais ou inadequações relacionadas aos serviços prestados.

**23.3.** A CONTRATADA deverá refazer, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas do recebimento de notificação formal, o serviço que, durante o período de garantia, venha a apresentar falhas, vícios ou quaisquer irregularidades que comprometam ou impeçam sua adequada execução, desde que tais ocorrências não tenham sido ocasionadas por ação ou omissão da contratante.

## 24. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**24.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento de menor preço por Grupo, lembrando que os preços unitários do licitante vencedor deverá ser igual ou inferior ao preço orçado pela Administração, com exceção dos itens 65 a 68 que será menor preço por item, desde que atendidas todas as exigências do Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

**24.2** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Da Consulta aos Cadastros

**24.2.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.14 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF – Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantida pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de contas da União – TCU;

**24.2.1.1.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**24.2.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre outras sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**24.2.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

**24.2.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

**24.2.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**24.2.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

#### **Habilitação jurídica**

**24.3. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**24.4. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**24.5. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**24.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**24.7. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

**24.8. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**24.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**24.10. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**24.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**24.12.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**24.13.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**24.14.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**24.15.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**24.16.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**24.17.** Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**24.18.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital e Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**24.19.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**24.20.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

**24.21.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)).

**24.22.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e/ou demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis por lei **devidamente registrados nos órgãos competentes (Junta Comercial do Estado de origem), originais ou cópias autenticadas, que comprovem a boa situação financeira da empresa**, extraído do Livro Diário, **apresentados na forma da lei ou na forma de Escrituração Contábil Digital (ECD) junto ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos termos da Instrução Normativa nº 2.003/2021-RFB, conforme Decreto Nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.**

**24.22.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

**24.22.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 6% (seis por cento) do valor total estimado do(s) item(ns) arrematado(s) pelo licitante.**

**24.22.3.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**24.22.4.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

**24.22.5.** O pregoeiro poderá solicitar declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, a ser apresentada pelo fornecedor, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos neste edital.

#### **Qualificação Técnica**

**24.23.** Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar sua qualificação técnica mediante o atendimento cumulativo das seguintes exigências:

##### **Comprovação de aptidão técnica por atestados:**

**22.24.** Comprovar aptidão para executar objeto de natureza semelhante ao desta contratação, seja ele referente ao fornecimento de bens, à prestação de serviços ou a ambos, mediante apresentação de **atestados de capacidade técnica** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que tenham sido destinatárias dos bens ou serviços, observadas as seguintes condições:

**22.24.1.** Os atestados devem evidenciar o fornecimento de bens ou a prestação de serviços pertinentes ou similares ao objeto descrito no Termo de Referência.

**22.24.2.** Os atestados devem demonstrar, isoladamente ou em conjunto, a entrega de quantitativo mínimo correspondente a:

a) Grupo 01: 11 (onze) diárias de Iluminação e 13 (treze) diárias de Painéis de Led;

b) Grupo 02: 21 (vinte e uma) diárias de equipamentos de Sonorização;

c) Grupo 03: 7 (sete) diárias de Palco, 12 (doze) diárias de Stand, 15 (quinze) diárias de Tenda e 350 (trezentos e cinquenta) metros de Trelças de alumínio;

d) Grupo 04: 14 (quatorze) unidades de Mesa em madeira e 30 (trinta) unidades de Cadeiras;

e) Grupo 05: 75 (setenta e cinco) metros de Passadeira e 20 (vinte) unidades de Tapetes;

f) Grupo 06: 70 (setenta) unidades de Plantas naturais/Cachepot de planta;

g) Grupo 07: 30 (trinta) unidades de Climatizadores;

h) Item 64 - 5 (cinco) unidades de Gerador de energia;

i) Item 65 - 50 (cinquenta) metros de Cortina;

j) Item 66 - 10 (dez) unidades de Totem interativo.

**22.24.3.** Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

**22.24.4.** Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

**22.24.5.** A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à verificação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto, dentre outros documentos.

**22.25.** Na hipótese de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**22.25.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I](#) e [42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

**22.25.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**22.25.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**22.25.4.** O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

**22.25.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**22.25.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**22.25.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**24.26.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**24.26.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I](#) e [42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

**24.26.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**24.26.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**24.26.4.** O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

**24.26.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**24.26.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**24.26.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **25. DA APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**25.1.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

**25.2.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

**25.3.** As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;

**25.4.** A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE;

**25.5.** A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, em prazo razoável, nos termos do art. 48 da LGPD.

## **26. DAS CONDIÇÕES PARA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TJ/PI**

**26.1.** Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

**26.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**26.3.** Os órgãos não participantes da licitação que manifestarem interesse em aderir às Atas de Registro de Preços gerenciadas pelo Tribunal de Justiça do Piauí deverão utilizar-se da ferramenta de Peticionamento Eletrônico via sistema SEI, em consonância com a Portaria/TJPI Nº 365/2021, conforme manual disponível no link [https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual\\_Peticionamento\\_tjpi.pdf](https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual_Peticionamento_tjpi.pdf), instruindo suas solicitações com os documentos necessários à avaliação do pedido, nos termos deste Edital, da Lei nº 14.133/2021 e suas regulamentações.

**26.4.** A manifestação do órgão gerenciador fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**26.5.** O estudo de que trata o item anterior, após aprovação pelo órgão gerenciador, será divulgado no Portal de Compras do Governo federal.

**26.6.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**26.6.1.** A adesão por órgão ou entidade não participante somente será admitida após a celebração do primeiro contrato oriundo da ata pelo órgão gerenciador, como forma de assegurar o equilíbrio da relação jurídica entre a Administração Pública e o fornecedor e resguardar o interesse primário do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

**26.6.2.** Caso a adesão seja solicitada antes da primeira contratação pelo órgão gerenciador, esta será indeferida até que ocorra a formalização do primeiro instrumento contratual entre o TJPI e a empresa detentora da ata.

**26.6.3.** A análise para a concessão de pedidos de adesão por órgãos ou entidades não participantes será realizada **individualmente por item, grupo ou posto** constante da ata, considerando a **efetiva contratação prévia pelo órgão gerenciador** do respectivo item, grupo ou posto.

**26.6.3.1.** A contratação de apenas um item da ata **não autoriza automaticamente a adesão aos demais itens não contratados** pelo órgão gerenciador, devendo-se comprovar, para cada solicitação de adesão, que o item objeto do pedido já teve **utilização interna mínima de 50%**, mediante celebração de instrumento contratual.

**26.7.** As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**26.8.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**26.9.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, podendo ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciador, observado o prazo de vigência da ata.

**26.10.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**26.11.** É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

**26.12.** É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**27.1.** A prestação dos serviços deverá atender às exigências da legislação em vigor. O objeto deverá entregue acondicionado adequadamente, de forma a resistir à armazenagem e permitir completa segurança durante o transporte. Na embalagem deve constar a identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor;

**27.2.** Todas as comunicações referentes à execução do contrato ou outras necessárias, bem como juntada de documentação serão consideradas regularmente feitas por meio eletrônico. A contratada deverá utilizar-se da ferramenta de Peticionamento Eletrônico, via sistema SEI, conforme manual disponível no link [https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual\\_Peticionamento\\_tjpi.pdf](https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual_Peticionamento_tjpi.pdf), em consonância com a Portaria/TJPI Nº 365/2021.

**27.3.** Em caso de dúvidas acerca da ferramenta de peticionamento eletrônico ou uso da plataforma SEI poderá ser consultado o endereço eletrônico <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/sei>.

**27.4.** Será admitida a protocolização de documento por meio diverso quando se mostrar tecnicamente inviável a utilização do meio eletrônico e se verificar risco de dano relevante à celeridade do processo, nessa hipótese, a contratada deverá protocolar no Serviço de Protocolo do TJ/PI, por meio físico ou virtual, através do e-mail protocolo@tjpi.jus.br.

**27.5.** O Contrato obriga as partes e seus eventuais sucessores.

**27.6.** No ato da assinatura do contrato a Contratada declarará que:

**a)** Em sendo contratado, submeter-se-á à previsão da Resolução do CNJ nº 07/2005, alterada em seu art. 3º pela Resolução do CNJ nº 09/2005, que veda a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com aquele que contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

**b)** Em sendo contratado, submeter-se-á à previsão da [Resolução nº 156/2012 do CNJ](#), que veda a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de função de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução supracitada.

**c)** Para fins no disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;

**d)** Para fins no disposto nos incisos IV e VI, do Artigo 14 da Lei 14.133/2021 que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, bem como que, nos 5 (cinco) anos anteriores à contratação, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**27.7.** A Contratada responderá pelos vícios de qualidade e de quantidades que venham a ser constatados no objeto que os tornem impróprios ou inadequados aos fins a que se destinam.

## ANEXO I

### TABELA DE PREÇOS DE FRETES

(Valor adicional ao contrato de eventos)

**1.** Será acrescido ao valor da contratação, em caso de eventos realizados em Comarcas do Interior do Piauí, um valor adicional fixo (valor de frete em Km). O valor adicional a ser acrescido no Contrato/Ordem de Fornecimento, dependerá da distância em quilômetros da sede da Contratante (comarca de Teresina) ao local do evento, considerando-se, para tanto, a **soma das distâncias de ida e volta** calculado a partir da sede da empresa contratada ou da sede do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí — localizada na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, nº 3509, Bairro São Raimundo, CEP 64075-065, Teresina/PI — até o local do evento. Entre essas duas origens possíveis, prevalecerá aquela que apresentar a menor distância **até o local do evento; conforme tabela abaixo:**

TABELA DE PREÇOS DE FRETES - COMARCAS DO INTERIOR DO PIAUÍ	
Valores Fixos R\$ - Preço do deslocamento	
DISTÂNCIA EM KM (A) (Sede da Contratante /Sede Contratada (comarca de Teresina-PI) ao local evento* – IDA E VOLTA) * Entre essas duas origens possíveis, prevalecerá aquela que apresentar a menor distância <b>até o local do evento.</b>	VALOR R\$ POR KM: R\$ 6,64 (seis reais e sessenta e quatro centavos) (B)
FRETE = A X B	
<b>EXEMPLIFICANDO:</b>	
<b>1. OBJETO:</b> Locação do do item 112 - TOTEM INTERATIVO com Solução audiovisual integrada composta de um dispositivo eletrônico com tela <i>touch screen</i> , capaz de executar sistema interativo de navegação estilo web, dotado de recursos físicos e lógicos para acessibilidade, por 01 (um) dia.	
<b>2. VALOR UNITÁRIO:</b> R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais)	
<b>3. LOCAL DE ENTREGA:</b> Novo Fórum e JECC de União - Distância da Capital 66 Quilômetros	
<b>4. FRETE:</b> (66+66) x 6,64 = R\$ 876,48 (oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos)	
<b>CÁLCULOS:</b>	
<b>VPF = (VS x D) + F</b>	
<b>VPF = (3.100 x 1) + 876,48</b>	
<b>VPF = R\$ 3.976,48 (três mil novecentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos)</b>	
<b>VPF = Valor a ser pago ao fornecedor</b>	
<b>VS = Valor do Serviço</b>	
<b>D = Diária</b>	
<b>F = Frete</b>	

**2.** Os valores constantes na TABELA DE FRETES serão adicionados ao valor do **Contrato/Ordem de Serviços/Fornecimento dos itens desta licitação.**

**3.** Em **caso de subcontratação** a subcontratada não terá direito a receber o valor adicional constante na supramencionada Tabela de Fretes.

**4.** O **valor do frete** constantes da **Tabela de Preços de Fretes** acima, **não será objeto de disputa da licitação. Seu valor será fixo**, entretanto, após o interregno de um ano do orçamento estimado da contratação, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**5.** O valor do frete em quilômetros foi obtido de pesquisa de preço instruída com preços obtidos com fornecedores locais, conforme disposto na Pesquisa de Preços Nº 232/2026 (8179590).

**5.1.** Ao fim, as cotações obtidas foram relacionadas na Pesquisa de Preços, tendo sido extraído o preço médio, conforme metodologia da **IN Nº 65/2021 SLTI/ME.**

5.2. Considerando a necessidade de padronização na aferição da distância rodoviária entre os municípios e comarcas envolvidos no presente processo, e diante da indisponibilidade ou descontinuidade da ferramenta anteriormente fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o cálculo oficial de distâncias, optou-se, excepcionalmente, pela utilização da plataforma **Google Maps** como fonte de referência, adotando-se como critério a **distância rodoviária mais curta**, indicada no modo de rota para veículos automotores, entre o **local do evento** e **uma das seguintes origens**: (i) **município da sede da empresa contratada** ou (ii) **município da sede do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí**, prevalecendo, para fins de cálculo, a **menor distância entre as duas**, conforme aferição realizada na referida plataforma, disponível em: <https://www.google.com/maps>.

5.2.1. A adoção dessa fonte visa assegurar a razoabilidade e a transparência do planejamento, garantindo a adequada estimativa de custos logísticos e a compatibilidade do Termo de Referência com a realidade do mercado, especialmente em contratações que envolvam deslocamentos intermunicipais.

## ANEXO II ROTEIRO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

### 1. Identificação:

- Grupo e item(ns) avaliado(s): \_\_\_\_\_
- Empresa visitada: \_\_\_\_\_
- Local da verificação (in loco ou remota): \_\_\_\_\_
- Data e horário: \_\_\_\_\_
- Equipe técnica presente: ( ) Pregoeiro ( ) Cerimonial ( ) Outros: \_\_\_\_\_

### 2. Itens apresentados para verificação:

- ☐ Conforme solicitado
- ☐ Incompleto (detalhar)
- ☐ Substituído por modelo diferente (explicar)

### 3. Critérios de avaliação aplicáveis (preencher conforme o tipo de item):

Marcar os critérios aplicáveis e descrever brevemente o resultado observado:

Parâmetro Técnico	Critério Avaliado?	Observações
Conformidade com especificações	<input type="checkbox"/> Sim	_____
Estado de conservação (caso aplicável)	<input type="checkbox"/> Sim	_____
Funcionamento/operacionalidade	<input type="checkbox"/> Sim	_____
Potência e desempenho técnico	<input type="checkbox"/> Sim	_____
Compatibilidade com demandas do evento	<input type="checkbox"/> Sim	_____
Qualidade do material e acabamento	<input type="checkbox"/> Sim	_____
Acessórios/itens complementares	<input type="checkbox"/> Sim	_____
Estética/ergonomia	<input type="checkbox"/> Sim	_____
Apresentação da equipe operacional (se houver)	<input type="checkbox"/> Sim	_____
Manual/catálogo disponível (quando exigido)	<input type="checkbox"/> Sim	_____

### 4. Conclusão da equipe avaliadora:

- ☐ Itens apresentados estão **em conformidade** com o Termo de Referência.
- ☐ Os itens apresentados apresentam **inadequações**, conforme descrito:
  - \_\_\_\_\_.

### 5. Recomendações:

- ( ) Aceitação dos itens.
- ( ) Desclassificação por inconformidade relevante.
- ( ) Reavaliação mediante complementação.

### 6. Assinaturas:

\_\_\_\_\_ (Pregoeiro)

\_\_\_\_ (Unidade demandante – Cerimonial)  
\_\_\_\_ (Outro avaliador, se houver)

**ANEXO III**  
**(INFRAÇÕES, GRAUS, MULTAS E PENALIDADES)**

Item	Infração	Grau	Multa
1	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas leves	1	Moratória
2	Não entrega de documentação simples solicitada pelo CONTRATANTE	1	Moratória
3	Atraso parcialmente justificado na entrega até 30 dias.	1	Moratória
4	Atraso parcialmente justificado na entrega acima de 30 dias até 60 dias.	2	Moratória
5	Atraso parcialmente justificado ou injustificado na entrega acima de 60 dias.	2	Compensatória
6	Descumprimento de outros prazos, previstos do TR	2	Moratória
7	Erros de execução do objeto	3	Moratória
8	Desatendimento às solicitações do CONTRATANTE	3	Moratória
9	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais anteriores, que seriam consideradas médias	3	Moratória
10	Execução imperfeita do objeto	3	Moratória
11	Não manutenção das condições de habilitação e de licitar e contratar com a Administração Pública durante a vigência contratual	4	Compensatória
12	Não entrega de documentação importante solicitada pelo CONTRATANTE	4	Compensatória
13	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que seriam consideradas graves	4	Compensatória
14	Inexecução parcial do Contrato	4	Compensatória
15	Descumprimento da legislação (legais e infralegais) afeta à execução do objeto (direta ou indireta)	5	Compensatória
16	Cometimento de atos protelatórios durante a execução visando adiamento dos prazos contratados	5	Compensatória
17	Inexecução total do Contrato	5	Compensatória

Grau	Advertência - 1ª Ocorrência	Multa moratória Valor Mensal	Multa Compensatória
1	Sim	Não	Não
2	Não	1% a 4,9% por ocorrência ou contrato	1,5% a 4,9% por ocorrência ou contrato
3	Não	5% a 8,9% por ocorrência ou contrato	8,0% a 14,9% por ocorrência ou contrato
4	Não	9% a 11,9% por ocorrência ou contrato	15,0% a 24,9% por ocorrência ou contrato
5	Não	12% a 15% por ocorrência ou contrato	25% a 30% por ocorrência ou contrato



Documento assinado eletronicamente por **Clesia Milena dos Santos Pacifico**, Servidora TJPI, em 26/06/2026, às 09:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **8319167** e o código CRC **F771D2C5**.